

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 13/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2986- Ano 2023



SÃO PAULO

## Calote nunca mais! Deputado apresenta projeto para proteger trabalhadores contra empresas caloteiras



Levante a mão o trabalhador terceirizado nunca levou calote de uma empresa e teve que recorrer à justiça.

A realidade dos trabalhadores terceirizados, incluindo os vigilantes, infelizmente é essa: empresas fecham as portas de uma hora para outra e deixam de nos pagar os direitos mais básicos.

Pensando nisso o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT) protocolou nesta sexta-feira, 28/04, na Alesp, o Projeto de Lei Anticalote.

A proposta já é uma realidade em outros Estados, mas em São Paulo nunca havia sido apresentada porque não tinha um deputado comprometido com os trabalhadores terceirizados.

O Projeto de Lei Anticalote – que era uma bandeira de campanha do parlamentar – passará por uma Audiência Pública no dia 06/07 antes de seguir para apreciação dos deputados.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri e diretor da CNTV, Amaro Pereira – que sempre defendeu a ideia de uma lei anticalote – lembra que precisamos lotar a Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 06/07 para fortalecer a proposta.

“Caso seja aprovada a Lei Anticalote protegerá não apenas os trabalhadores, mas também os órgãos públicos de empresas que não honram seus compromissos”, explica.

**“Por isso, no dia 06/07, vamos lotar a Alesp. Precisamos reverter esse cenário tão ruim para vigilantes e outros trabalhadores terceirizados”,** finaliza.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE BARUERI/SP

# Confederal atrasa salários. O que está acontecendo com a empresa?



**SINDESV-DF**

De uns oito meses para cá, a Confederal, uma empresa renomada, que sempre pagava seus empregados em dia, passou a atrasar o pagamento de seus empregados que prestam serviço em vários órgãos como Caixa, Secretarias de Planejamento e de Educação entre outros.

Diante desses atrasos, no mês passado (maio), o Sindicato encaminhou ofício ao Ministério Público do Trabalho e ficou firmado no MP que, se a Empresa continuasse atrasando os salários dos vigilantes, o SINDESV-DF deveria informar ao órgão imediatamente.

E foi exatamente o que fizemos e estamos aguardando as devidas providências do MP, pois é inadmissível que os vigilantes sofram atrasos em seus salários frequentemente, comprometendo seus compromissos mensais e inadiáveis, como o sustento de suas famílias.

Esperamos que a Confederal assuma o compromisso de pagar seus empregados em dia e respeitar seus direitos.

Fonte: SINDESV DF

# DIEESE CONVIDA

conversas on-line

## GRUPOS DE ESCUTA COLETIVA

EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, SINDICATOS E COMUNIDADES



DATA: 14 de junho de 2023    HORÁRIO: 19h

**DANIEL OMAR PEREZ**  
Psicanalista, professor de Filosofia na UNICAMP,  
autor de diversos livros e artigos e militante  
no acampamento Marielle Vive do MST  
em Valinhos (SP)

No canal da Escola DIEESE no YouTube

Site: [www.escola.dieese.org.br](http://www.escola.dieese.org.br)

E-mail: [contato@escoladieese.org.br](mailto:contato@escoladieese.org.br) | Telefone: (11) 96873-4071

Telefones: (11) 3821-2195, 3821-2150 e 3821-2155

**ESCOLA DIEESE**  
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

A Escola DIEESE convida para conversa on-line Grupos de escuta coletiva em organizações sociais, sindicatos e comunidade, em 14 de junho, a partir das 19 horas, no canal da Escola DIEESE no YouTube.

O tema será apresentado pelo psicanalista e professor de Filosofia da Unicamp, Daniel Omar Perez. A atividade tem como objetivo compartilhar recursos teóricos e práticos da psicanálise para formação de grupos de escuta e conversa sobre conflitos psíquicos individuais e coletivos no ambiente de trabalho, na moradia e em diferentes formas de vida em comum e será coordenada pelas professoras e psicanalistas Adriana Seabra e Lelita Oliveira Benoit.

## Conversa on-line Grupos de escuta coletiva em organizações sociais, sindicatos e comunidade

Data: 14/06/2023

Horário: a partir das 19h

Atividade virtual gratuita transmitida pelo canal da Escola DIEESE no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=86OdhNsJ66M>

### **Palestrante: Daniel Omar Perez**

Psicanalista e professor de Filosofia da Unicamp. É autor de diversos livros e artigos e militante no acampamento Marielle Vive do MST em Valinhos (SP)

# Estatuto do trabalho: debatedores defendem redução de jornada

Da Agência Senado



**Paulo Paim é presidente da CDH e autor do requerimento para o ciclo de debates Geraldo Magela/Agência Senado**

A redução da jornada de trabalho para pelo menos 40 horas semanais e a adoção de uma política de valorização real do salário mínimo estiveram entre as principais defesas apresentadas por especialistas durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), nesta segunda-feira (12). Este foi o quarto debate de um ciclo de audiências que busca avançar nas discussões sobre o estatuto do trabalho, com foco na jornada de trabalho e remuneração justa.

Na avaliação do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado e requerente do ciclo de

debates, é preciso colocar a oferta de trabalho digno como fator essencial na formação de um novo pacto social. Isso passa, segundo ele, pelo cumprimento da legislação de se fixar uma jornada semanal de, no máximo, 44 horas, com a possibilidade de negociação que permita reduzir essa carga, mantendo a remuneração e produtividade do trabalhador, sem qualquer perda de direitos, como vem acontecendo em outros países. Ele citou o caso de Portugal que iniciou um projeto para testar a semana de trabalho de quatro dias em vez da tradicional jornada de cinco.



— Vai na linha do debate que estamos fazendo há tantos anos com o objetivo de chegar às 40 horas. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, já havia um movimento forte pelas 40 horas. Não conseguimos, ficou 44 horas. Chegou a hora agora, a exemplo como mostramos de uma dezena de países que já estão testando as 40 horas semanais — disse Paim.

Os especialistas alertaram sobre os novos contextos de trabalho e a necessidade de se adequar as dinâmicas produtivas a uma legislação atualizada, como a apresentada através da SUG 12/2018, apelidada por Paim de “novo Estatuto do Trabalho”, e “nova CLT”.

Para o professor emérito de sociologia do trabalho da Universidade de Brasília (UnB) Sadi Dal Rosso, o futuro é “a redução da jornada de trabalho”. Ele defendeu que qualquer tipo de subsídio ou desoneração concedido à iniciativa privada pelo setor público seja vinculada a melhorias na qualidade dos empregos e de previsão da jornada de trabalho.

— Advogamos por uma proposta de desenvolvimento que preveja jornadas mais limitadas elevando o valor real dos salários, buscando equivalência nas jornadas gastas na produção e na reprodução social. Assim como lutando por justiça entre as condições de raça, etnia, cor, gênero, geração ou território.

Na opinião do auditor fiscal do Trabalho e representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), Alex Myller Duarte Lima, a Constituição deveria estabelecer uma renda mínima salarial que garantisse a qualidade de vida desse trabalhador, e não apenas sua sobrevivência.

— O estatuto vem, portanto, com a vedação

de várias práticas de fracionamento do salário mínimo. Há um compromisso do estatuto para garantir uma renda àquelas pessoas independentemente da jornada de trabalho, justamente nessa perspectiva. Por exemplo, eu não estou acordado para trabalhar necessariamente mais de 44 horas ou até sempre o limite de 44 horas, mas eu posso negociar condições de trabalho que me garantam aquele salário mínimo trabalhando 30 horas, trabalhando 36 horas. E isso dependeria dessa construção.

### **Saúde e segurança**

A professora de direito do trabalho da UNB Renata Queiroz Dutra acredita que o debate sobre uma jornada e remuneração justas que faça coro aos novos contextos que se apresentam aos trabalhadores precisa levar em consideração parâmetros mínimos de segurança e saúde.

— A questão geral da jornada não pode ser trabalhada dissociada do fator de segurança e saúde do empregado e de uma matéria passível de ser levada a esfera da negociação, seja individual ou coletiva, sem que tenha limites, pesos, relevância desses patamares mínimos que são necessários quando se discute saúde e bem estar.

### **Conexão e IA**

O procurador regional do Trabalho Roberto Rangel Marcondes alertou que a SUG 12/2018 foi apresentada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e a Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho (ALJT) antes da pandemia de covid-19.

Para ele, o cenário pandêmico trouxe novos alertas no sentido de atualizar a proposta. Ele citou como exemplo o direito a desconexão após a jornada de trabalho. Segundo ele, o Ministério Público do Trabalho tem recebido muitas denúncias relatando que a jornada de trabalho aumentou justamente em razão da possibilidade de conexão do trabalhador com o empregador após o final da sua atividade.

— Ele está na sua casa, no teletrabalho sendo o tempo todo acionado e ele não consegue, muitas vezes, se desconectar. Então por isso é fundamental que tenhamos mecanismos em que o empregado não seja mais acionado após o término da jornada. Exceto, é lógico, em casos como sobreaviso ou emergência. Mas isso tem que está muito bem regulamentado — argumentou, ao citar projetos em tramitação no Congresso sobre o tema: os PLs 4.044/2020 e 10/2022.

O pesquisador do Cesit e membro da coordenação da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho) José Dari Krein defendeu que a articulação sobre redução da jornada, adaptação da produtividade e melhoria da remuneração leve em conta também o tipo de ocupação. Com o avanço da inteligência artificial (IA) e as previsões de eliminação de algumas atividades é preciso focar em criar ocupações que realmente sejam relevantes para a sociedade e para a soberania do país como a assistência social, preservação ambiental e avanços tecnológicos.

— Alguns setores falam que a produtividade média no Brasil continua sendo muito baixa e por isso não abre a possibilidade para isso

[redução da jornada de trabalho], diz que é um problema de qualificação. Por que a produtividade média é muito baixa? Porque nós temos um problema: a produtividade média é calculada com o total do PIB versus as horas trabalhadas e no Brasil há uma quantidade imensa de pessoas que estão alocada em atividades que são de baixíssima produtividade, em atividades bastante precárias. Porque, no caso brasileiro, mesmo que tenha o seguro desemprego, a maioria das pessoas não tem a possibilidade de ficar desocupada. Elas precisam encontrar qualquer ocupação para poder ter renda. Por isso nós encontramos nas esquinas das grandes cidades gente vendendo pano de prato, gente vendendo bala, gente vendendo qualquer coisa.

### **Novas vagas x hora extra**

Samuel de Oliveira Coelho, auditor-fiscal do Trabalho e representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reforçou a preocupação com as denúncias relacionadas ao excesso da jornada de trabalho. Segundo ele, desde que um grupo foi criado, no âmbito da pasta, para fiscalizar justamente esse aumento, registraram-se mais de 700 mil denúncias. Para ele, é um indicativo de que o setor produtivo prefere recorrer à alta carga de trabalho, por meio de horas extras, do que criar novas vagas.

— Eu vejo que, de certa forma, o empregado, o trabalhador que se submete a esses excessos de jornada, se submetem no intuito de melhorar a sua remuneração. Então isso acaba, para ele, uma forma de incrementar a sua remuneração.

Fonte: Agência Senado

# Banco Central usa radar Focus para indicar que irá manter Selic em 13,75%

Com taxa básica de juros em 13,75%, Brasil segue com o maior nível de juro real do mundo, o que afeta negativamente a economia e a geração de empregos



O Relatório Focus, divulgado todas as segundas-feiras pelo Banco Central (BC), indicou na última publicação que o Comitê de Política Monetária (Copom) deverá manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% nas próximas duas reuniões previstas para este mês e agosto

O Focus é elaborado a partir de pesquisas diárias com cerca de 140 instituições financeiras, bancos e agentes econômicos. “Então, o que isso significa? Que o Banco Central considera apenas um grupo restrito, do sistema financeiro, para estabelecer sua política monetária, mas não considera o setor produtivo, os níveis de emprego, os níveis de endividamento e as condições de vida da população”, observa a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira. “Em outras palavras, estamos dando poder a um grupo de pessoas, patrocinadas pelo sistema financeiro, de decidir se o Brasil cresce ou continua com a economia estagnada”, completa.

“Com a taxa básica de juros neste patamar, descontado o custo da inflação, o Brasil segue com o maior nível de juro real do mundo, em torno de 7%, e isso afeta negativamente a economia e a geração de emprego no país”, explica o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese), Gustavo Cavarzan.

O principal argumento do BC para manter a Selic no patamar elevado é a necessidade de controlar a inflação que, segundo o presidente da entidade, Roberto Campos Neto, tem como raiz principal mais a demanda e menos a oferta. Por outro lado, os últimos dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), mostram desaceleração da inflação no país. A política de redução no preço de combustíveis, aplicada mais recentemente pelo governo federal, também tem reduzido as projeções para a inflação em 2023.

“Temos que lembrar que, no ano passado, nos meses de julho, agosto e setembro, o país registrou deflação. Naquele período houve queda nos preços da gasolina e da energia, também por decisão de governo. Isso mostra, portanto, que a inflação do Brasil, nesse período recente, não é por demanda. Até porque, os juros elevadíssimos dificultam os gastos e aumentam o endividamento das famílias e do setor produtivo, porque encarece o crédito”, destaca o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalo.

Entre janeiro de 2021 e setembro de 2022, o Banco Central elevou a Selic de 2% para 13,75% ao ano – percentual mantido até o momento e que significa uma elevação de quase sete vezes. Entre janeiro de 2021 e abril de 2023, a taxa média de juros para pessoa física passou de 39,4% para 59,7% ao ano, enquanto a taxa de juros média para pessoa jurídica sofreu elevação de 15,2% para 23,9% ao ano, considerando o crédito livre.

### **Efeitos perversos da Selic**

O efeito mais perverso dos juros em patamares elevados é sobre o crescimento e o emprego. “Os custos para investir na produção e expandir operações são muito caros no Brasil, prejudicando diretamente o crescimento econômico e, portanto, a geração e manutenção de empregos”, ressalta Juvandia Moreira. “Os juros reais em patamares altos favorecem apenas a especulação no mercado financeiro, que beneficia parcela muito pequena da população. Vivemos em um país muito desigual, onde a maior parte é pobre e não tem nem

poupança, que dirá títulos da dívida pública e investimentos no mercado financeiro. E é essa grande parcela que está submetida aos piores efeitos dos juros altos”, completa.

Em abril deste ano, a parcela das famílias brasileiras com dívidas (em atraso ou não) chegou a 78,3%, como mostra o estudo “Desempenho dos bancos 2022”, elaborado pelo Dieese. O mesmo trabalho aponta que as famílias inadimplentes de todas as classes sociais chegam ao índice de 29,1%, abaixo dos 29,4% de março, mas acima dos 28,6% de abril de 2022. Um outro levantamento, encomendado pela Exame Invest e publicado em abril, mostra que o número de pedidos de recuperação judicial de empresas no Brasil é o maior em cinco anos.

“A política de juros altos de Campos Neto [presidente do Banco Central] diminui o emprego, empobrece o país e prejudica o povo brasileiro. Se nós não temos inflação de oferta, onde está a demanda? Também é função do BC incentivar a criação de emprego. Mas parece que a única missão da entidade é beneficiar o rentismo, em prejuízo do desenvolvimento e aprofundando as desigualdades sociais no país”, critica Juvandia Moreira. “Vamos continuar fazendo nossa parte, como movimento sindical, de pressionar pela queda da Selic. A população já entende que os juros abusivos prejudicam a todos nós”, arremata a dirigente se referindo à pesquisa divulgada pelo Datafolha no início de abril e que mostrou que 80% concordam com a pressão que o presidente Lula (PT) faz ao Banco Central pela redução da taxa básica de juros.

**FONTE: CONTRA**



# Bancos reveem expectativas e já estimam crescimento do PIB acima de 2% em 2023

## Previsão de crescimento da economia para este ano praticamente dobrou em menos de um mês



Os bons resultados da economia nacional nos primeiros meses deste ano fizeram os bancos reverem de forma significativa suas previsões para 2023 sobre os principais indicadores econômicos nacionais. Em menos de um mês, a previsão dos analistas do mercado financeiro para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, por exemplo, subiu de 1,02% para 1,84%. Atinge até 2,11% em estimativas mais recentes.

Os dados constam da última versão do chamado Boletim Focus, publicado toda segunda-feira pelo Banco Central (BC). Para elaborar o boletim, o BC coleta previsões de economistas ligados ao mercado financeiro e as organiza num relatório.

Nesta segunda-feira (12), o Boletim Focus aponta que esses economistas estimam que o PIB cresça 1,84% em 2023. Esse percentual é a mediana de 110 previsões coletadas pelo BC nos últimos 30 dias. A mediana é o valor médio entre as previsões feitas, da menor até a maior.

Essa mesma versão do Boletim Focus também indica que 57 previsões foram coletadas pelo BC nos últimos cinco dias úteis. Considerando somente essas expectativas mais recentes, coletadas após a divulgação da alta do PIB do primeiro trimestre, a expectativa de bancos para crescimento da economia é de 2,11%.

Essa expectativa está alinhada com a do governo para a economia do país. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), repetiu no

início do mês que o governo sempre estimou um crescimento do PIB acima de 2% em 2023.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,9% no primeiro trimestre de 2023 na comparação com o último trimestre do ano passado, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação entre o primeiro trimestre de 2022 e o primeiro trimestre deste ano, o PIB cresceu 4%. Já no resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, o crescimento é de 3,3%.

### Inflação em queda

De acordo com o Boletim Focus, as previsões dos bancos para inflação ao final de 2023 também estão em queda. Há quatro semanas, ela era de 6,03%. No relatório desta segunda, é de 5,42% – mediana de 153 previsões.

Considerando 85 previsões coletadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana é ainda mais baixa: 5,26%.

Na quarta-feira (7), foi divulgada a inflação do mês de maio: 0,23%, 0,1 ponto percentual mais baixa do que os bancos previam. Levando ela em conta, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula alta de 2,95% nos primeiros cinco meses do ano. Já nos últimos 12 meses, o índice acumulado é de 3,94%.

### Mais dados

O dólar encerrou a sexta-feira (9) cotado a R\$ 4,87, atingindo sua cotação mais baixa em um ano. Os bancos estimam que ele feche o ano cotado a R\$ 5,10, segundo o Boletim Focus desta segunda.

Os bancos também estimam que a taxa básica de juros, Selic, esteja em 12,50% ao ano no final de 2023. Hoje ela está em 13,75% ao ano, uma das mais altas do mundo.

**FONTE: Brasil de Fato | Editado por: Rodrigo Durão Coelho/Brasil de Fato**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF